

Acerca dos livros didáticos

OLIVIO MONTENEGRO

Ainda hoje, para os que somos de uma geração menos moça, a palavra "didática" é uma palavra que deixa na boca um gosto de cinza. Ela está entranhadamente ligada a métodos, e sobretudo a livros de ensino que foram sempre os grandes dissabores de toda a nossa vida escolar da infância e da adolescência.

Raramente o antigo livro didático estava em correspondência com o espírito do aluno; ou em correspondência com a vida. Ele era bem antes a imagem impressa do espírito que guiava os antigos mestres nas suas lições — formalístico, dogmático e vazio.

Na elaboração dos livros didáticos o de que logo se fazia completa abstração era do aluno; e também do que existisse de mais flagrantemente substancial e vivo dos factos e das coisas que ele deveria aprender. Tudo se sacrificava ao rigor especulativo da noção, do conceito logico ou da minúcia gramatical. Livros por isto mesmo que não passavam de rasteiras compilações de outros livros.

Ainda existe aliás nos nossos dias muito professor que não acredita na imaginação das crianças, e que de livros próprios, ou de outros autores, na aula, arranja sempre às suas lições como se o aluno fosse incapaz de qualquer reacção interior, ou de qualquer iniciativa mental, e tudo absorvesse passivamente e molemente como uma esponja.

Mas a verdade é que não é tão facil como parece escrever o livro didático, o livro didático no seu verdadeiro sentido, intenso e plastico como uma representação em alto relevo e a cores vivas de tudo o que ao aluno convem reter e guardar. De qualquer matéria.

No processo de bem simplificar todas as formas do conhecimento humano, faze-las atraentes e fluidas, e que o esforço para apreende-las nunca pareça ao aluno um trabalho de forçado, mas tanto quanto possível um ato quase de diversão é onde está o grande segredo não só das lições orais, como dos livros que se devem às escolas. Em regra, na primeira idade, o que não toca vivamente a imaginação não excita a inteligência. Pelo contrario, a deixa entorpecida e sem função. Daí o ar murcho, tristonho e imbecil comum de surpreender em alunos que fóra da escola, quando consigo mesmo, são de uma vivacidade encantadora. E daí também o snato e maciço horror que eles tomam a livros de uma consagração universal, áquelas obras mesmas tidas como as maiores criações do espírito humano, ou sejam as de um Dante, um Shakespeare ou um Camões.

Se essas obras são apresentadas em bloco, sem as adaptações que convem ao espírito do aluno, sem os relevos de imagens que o agucem intimamente produzem antes uma aversão que se prolonga até a idade adulta. Foi o que aconteceu o com os "Lusiadas", no ensino de português como geralmente se fazia. Não se conta a gente grande a quem essa obra prima ainda inspira pavor pelo muito que a fez sofrer no tempo da escola.

É que o "Lusiadas" nunca era revelado como uma obra viva e de imaginação: o que se exigia desse monumento do genio português era a sua autopsia, a dissecação das palavras em todas as suas modalidades de gramática: não eram imagens, harmonias poeticas que nos davam a ver do "Lusiadas"; mas eram as formas mortas e frias de adjetivos, de substantivos, de variações pronominais, de verbos. E sala-se da aula de uma língua que devia ser a mais viva para nós, como de um necroterio.

Neste particular sempre andamos muito distantes dos ingleses que nunca fizeram da pedagogia uma ciência inimiga da literatura e das artes — inimiga da vida.

É o que explica que Shakespeare chegasse a ser um autor popular na Inglaterra. Pelas mil adaptações inteligentes da sua obra para uso das escolas. E de livros ingleses com o fim de uma divulgação a grande das riquezas materiais do imperio, dos seus homens de letras, das suas artes, da vitalidade dos seus dominios, muitos deles poderiam figurar em qualquer classe menos primária.

Basta referir a coleção com o título generico de "A Grã-Bretanha Ilustrada", agora publicada em português pelo editor José Olimpio. São volumes ligeiros sobre as crianças inglesas, sobre os romancistas ingleses, sobre a Nova Zelandia, a Australia, etc., mas volumes que surpreendem

como uma verdadeira festa para o espírito e para os olhos do leitor. Por tudo: pela vivacidade dos seus descritivos, pelo colorido magnifico das suas estampas, pelo seu trabalho grafico de um gosto luminoso. Porque em verdade tudo isto influe nos livros com a função especial de instruir.

Mas de qualquer maneira já se começa no Brasil a ter um melhor sentido do que deve constituir o interesse e a força dos livros destinados à população das escolas. Dos livros didáticos ultimamente aparecidos dois pelo menos me vieram às mãos que notei bem diferentes de quantos conhecia sobre o mesmo assunto, e para as classes a que se destinam: quero me referir à História do Brasil para o 3º ano colegial, feita conjuntamente por Otavio Tarquinio e Sergio Buarque de Holanda, e ao livro de latim, "Gradus Primus", para a 1ª série ginasial pelo escritor húngaro Paulo Rónai, e com ilustrações de Luiz Jardim.

Por muito facil e tentador de fazer que pareça o livro de história para o ensino secundário, raros, entretanto, são entre nós os que se possam comparar à História do Brasil que acabamos de citar. E não por nenhuma novidade em documento, por nenhuma interpretação original, nenhum facto desconhecido que nos revele. Este espírito de invenção ou de descoberta não pertence, aliás a livros dessa natureza.

O que deles conscienciosamente se pede em matéria de novidade e originalidade é quanto à seleção dos factos e o modo de exprimi-lo. Saber seleccionar e saber dizer sem jámais perder de vista as curiosidades de imaginação e de inteligência do aluno é o que importa. Al sómente é onde reside todo o segredo do bom livro de historia — ser claro, directo, objetivo, e poder apanhar de cada assunto o seu elemento mais característico ou mais dramático. Não cair no vício do detalhe, nem da exhibição verbal — os dois grandes defeitos de que se ressentem a maioria dos livros de história para os cursos de ginásio. Outro vício também é o da vulgaridade de expressão que se confunde com simplicidade.

Lendo-se a História do Brasil de Otavio Tarquinio e Sergio Buarque logo se sente que não é desses livros de escola que se fazem sofregamente, para utilidade mais do autor do que dos alunos, mas um livro onde se percebe, ao lado do senso pedagogico como podem ter os melhores mestres, a alma do escritor.

Porque não se chega nunca à plasticidade de imagens, e á propriedade de expressão indispensaveis em todo o livro didático, nos de história principalmente, sem essa alma de escritor. Já se foi o tempo em que não se compreendia o livro didático senão feito uma bucha de palavras — hirtio, seco e duro o livro didático como exclusiva propriedade dos profissionais de ensino, dos homens que não sabiam escrever.

Por isto não espanta que a Goldsmith, o grande romancista do "Vicar os Wakefield", deva a Inglaterra varios dos seus melhores livros escolares sobre a história dos gregos, dos romanos, e do próprio imperio britânico.

O outro livro a que nos referimos foi o "Gradus Primus", que não fica atrás do primeiro, em simplicidade, clareza e ordem de exposição. E aqui a obra didática tem que fiar mais fino ainda, tratando-se de um livro sobre língua morta, e para o primeiro ano do Ginásio, para quasi crianças de cueiro, que a tanto havia de chegar a nossa gula pela erudição classica.

Confesso que pensei em alguma recondita vaidadezinha do autor, quando li no Prefacio: "Dar, conforma aos novos programas, todo o essencial, mas omitir todo o superfluo, este foi o meu lema". Mas não era valdade, nem era reclamo Paulo Rónai foi sincero. Dificilmente se poderia imaginar um compendio de Latim para gente ainda na flôr da idade, que encerrasse um interesse mais penetrante do que o "Gradus Primus", um livro que mais pudesse abrir os olhos e o espírito do menino em face de uma língua tão solene e severa nos seus casos de sintaxe, e tão distante dos ideais da primeira idade.

44/10/29
Larissa da Manhã

SBH
Pl 55 ex 14